



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA  
LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS-ICSA  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

**FAUSTINO MANUEL RODRIGUES**

**CRESCIMENTO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE MICRO  
E PEQUENAS EMPRESAS APÓS IMPLANTAÇÃO DA UNILAB: UM  
ESTUDO DE CASO NO MUNICÍPIO DE REDENÇÃO**

**REDENÇÃO-CE**

**2015**



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA  
LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS-ICSA  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

**FAUSTINO MANUEL RODRIGUES**

**CRESCIMENTO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE MICRO  
E PEQUENAS EMPRESAS APÓS IMPLANTAÇÃO DA UNILAB: UM  
ESTUDO DE CASO NO MUNICÍPIO DE REDENÇÃO**

Trabalho de Conclusão de Curso como exigência parcial para obtenção do título de Bacharel em Administração Pública na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB).

**ORIENTADOR: PROF. DR. ALEXANDRE OLIVEIRA LIMA**

**REDENÇÃO-CE**

**2015**

**Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro- Brasileira  
Direção de Sistema Integrado de Bibliotecas da UNILAB (DSIBIUNI)  
Biblioteca Setorial Campus Liberdade  
Catalogação na fonte**

**Bibliotecário: Gleydson Rodrigues Santos – CRB-3 / 1219**

---

R614c Rodrigues, Faustino Manuel.

Crescimento e desenvolvimento econômico de micro e pequenas empresas após implantação da Unilab: um estudo de caso no município de redenção / Faustino Manuel Rodrigues. – Redenção, 2015.

50 f.; 30 cm.

Monografia apresentada ao curso de Administração Pública da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira – UNILAB.

Orientador: Prof. Dr. Alexandre Oliveira Lima.  
Inclui Tabelas e Referências.

1. Empreendedorismo. 2. Desenvolvimento econômico. I. Título.

CDD 658.11

---

**FAUSTINO MANUEL RODRIGUES**

**CRESCIMENTO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE MICRO  
E PEQUENAS EMPRESAS APÓS IMPLANTAÇÃO DA UNILAB: UM  
ESTUDO DE CASO NO MUNICÍPIO DE REDENÇÃO**

Monografia julgada e aprovada para obtenção do diploma de Graduação em Administração Pública na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira.

Data, \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

Nota: \_\_\_\_\_

**BANCA EXAMINADORA:**

---

**Prof. Dr. Alexandre Oliveira Lima – (Orientador)**

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira-UNILAB

---

**Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Marcia Zabdiele Moreira**

Universidade Federal do Ceará-UFC

---

**Prof. Esp. Carlos Airton Uchoa Sales Gomes**

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira-UNILAB

## **DEDICATÓRIA**

Ao meu falecido pai, Manuel Gomes Rodrigues, que sempre me incentivou a estudar, dizendo que estudo é o melhor caminho para mim, porque pode mudar a minha vida.

## AGRADECIMENTOS

À Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, pela oportunidade de me formar nessa instituição de cooperação internacional solidária.

Ao meu orientador, professor Doutor Alexandre Oliveira Lima, por ter me orientado na realização deste trabalho.

À banca examinadora, professora Doutora Marcia Zabdiele Moreira, que sempre me apoiou desde o início da elaboração do projeto deste trabalho, e ao professor Doutor Carlos Airton Uchoa Sales Gomes, pela sua contribuição à minha formação acadêmica.

À professora Doutora Sandra Maria Guimarães Callado, por haver encaminhado um artigo de autores neoclássicos que contribuíram no desenvolvimento deste trabalho.

À professora Doutora Jacqueline Cunha da Serra Freire que me orientou e me incentivou a participar no grupo de pesquisa ELOSS durante três anos, alguém com quem adquiri muitas experiências acadêmica e profissional na Unilab.

À minha amiga Maíra Guimarães Ribeiro, que me emprestou vários livros de difícil acesso na biblioteca da Universidade Federal do Ceará.

Às colegas da turma que compartilhamos experiências durante esses anos todos, principalmente, Ricardo José Sanca, alguém com quem compartilhei apartamento durante três anos.

A todos os servidores da Prefeitura Municipal de Redenção, especificamente no setor da Tributação, por terem contribuído no fornecimento dos dados que tornaram possível a concretização deste trabalho.

À Diretoria de Registros e Controle Acadêmico (DRCA) da Unilab, pela contribuição em disponibilizar dados que auxiliaram na produção deste trabalho.

À Coordenação de Gestão de Pessoas (COGEP) da Unilab, pelo fornecimento de informações importantes que contribuíram na produção deste trabalho.

À minha família, Ami Bernardo Mancacandjam, esposa e mãe da minha querida filha Fânia Faustino Rodrigues, alguém que sempre está ao meu lado me apoiando na minha caminhada acadêmica, profissional.

Aos meus tios, Armando Rodrigues, Armandinho Rodrigues e Emanuel Benito Santos Costa e aos meus irmãos, principalmente Augusto Manuel Rodrigues pelo apoio e encorajamento na formação no Brasil.

“Empreendedores são aqueles que entendem que há uma pequena diferença entre obstáculos e oportunidades e são capazes de transformar ambos em vantagem” (MAQUIAVEL).

## RESUMO

As micro e pequenas empresas são potenciais atividades econômicas essenciais para o crescimento e desenvolvimento econômico no Município de Redenção, as quais possuem grande contribuição para a arrecadação das receitas tributárias provindas de contribuições de impostos. Da mesma forma, ajudam na melhoria de vida e de rendas de microempreendedores que tiveram oportunidade de começar negócios próprios a partir da implantação da Unilab. Este trabalho tem como objetivo verificar o impacto do crescimento e desenvolvimento econômico de MPEs no Município de Redenção após da implantação da Unilab. O trabalho foi desenvolvido a partir de um estudo empírico no Município de Redenção, onde foram abordados os métodos quantitativo e qualitativo, possibilitando a comparação e identificação de impacto de crescimento e desenvolvimento econômico. A universidade traz ampla oportunidade de abrir empresas no Município, principalmente no setor de comércio, que possui crescimento de 76,81% com relação às MPEs registradas de 2009 a 2014. Porém, identifica-se que é necessária uma aproximação mais recíproca com o setor empreendedor a partir das suas ações de formação e treinamento.

**Palavras-chave:** Empreendedorismo. Desenvolvimento econômico. MPEs. Unilab. Redenção-CE.

## ABSTRACT

Micro and small companies are potential key economic activity for growth and development economic in the Município de Redenção, in which they have great contribution to the collection of tax revenues stemmed from tax contributions. In the same way that help in improving the lives and micro entrepreneurs rents that They had the opportunity to start their own business from the implementation of Unilab. This work has as objective to verify the impact of growth and economic development of MSCs in Redenção City after the implementation of Unilab. The work was developed from an empirical study on the Município de Redenção where quantitative and qualitative methods were discussed, allowing the comparison and growth impact identification and economic development. The university provides ample opportunity to open business in the city, especially in the trade sector which has growth of 76.81% compared to MSCs registered from 2009 to 2014. But it is identified that a more reciprocal approach to entrepreneurial sector from is required of its shares to education and training.

**Keywords:** Entrepreneurship. Economic development. MSCs. Unilab. Redenção-CE.

## Lista de Tabelas

<b>Tabela 1:</b> Quantitativo de estudantes da Unilab/CE, modalidade presencial, de 2009 a 2014 .....	34
<b>Tabela 2:</b> MPEs registradas por setor de atividade econômica .....	42
<b>Tabela 3:</b> Receitas Tributárias Próprias no Município de Redenção, de 2009 a 2014 .....	44

## Lista de Figuras

<b>Figura 1:</b> Mapa do Município de Redenção/CE.....	37
<b>Figura 2:</b> Emissão de Carteira de Trabalho no Município de Redenção.....	38
<b>Figura 3:</b> MPEs registradas que engloba todas as áreas .....	39
<b>Figura 4:</b> Taxa de Mortalidade de MPEs no Município de Redenção de 2009 a 2014 .....	41
<b>Figura 5:</b> MPEs sobreviventes no Município de Redenção de 2009 a 20014 .....	42
<b>Figura 6:</b> Localização de geográfica de MPEs no Município de Redenção de 2009 a 2014.....	43

## Lista de Quadros

**Quadro 1:** Estimativa de crescimento de MPEs após o surgimento da Unilab, em % .....47

## Lista de Siglas

CEBRAE - Centro Brasileiro de Assistência Gerencial à Pequena Empresa

COGEP - Coordenação de Gestão de Pessoas

CPLP - Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

CTPS - Carteira de Trabalho e Previdência Social

DRCA - Diretoria de Registro e Controle Acadêmico

EPP - Empresas de Pequeno Porte

GEM - *Global Entrepreneurship Monitor*

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDHM - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

JK - Juscelino Kubitschek

ME - Microempresa

MPEs - Micro e pequenas empresas

PNB - Produto Nacional Bruto

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

TAEs - Técnicos Administrativos em Educação

UNILAB - Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	16
<b>1.1</b>	<b>Justificativa</b> .....	17
<b>1.2</b>	<b>Problemática</b> .....	18
<b>1.3</b>	<b>Objetivos</b> .....	18
1.3.1	Objetivo geral .....	18
1.3.2	Objetivos específicos .....	19
<b>2</b>	<b>CRESCIMENTO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO</b> .....	20
<b>2.1</b>	<b>Crescimento Econômico</b> .....	20
<b>2.2</b>	<b>Desenvolvimento Econômico</b> .....	21
<b>2.3</b>	<b>Crescimento e Desenvolvimento Econômico</b> .....	24
<b>2.4</b>	<b>Evolução Econômica Brasileira</b> .....	24
<b>2.5</b>	<b>Contribuição das universidades para desenvolvimento regional e local</b> ...	27
<b>2.6</b>	<b>Empreendedorismo e micro e pequenas empresas</b> .....	28
<b>2.6.1</b>	Micro e Pequenas Empresas .....	30
<b>3</b>	<b>METODOLOGIA</b> .....	32
<b>3.1</b>	<b>Procedimentos da pesquisa</b> .....	32
<b>3.2</b>	Coletas de Dados .....	33
<b>4</b>	<b>RESULTADOS E DISCUSSÃO</b> .....	34
<b>4.2</b>	<b>Município de Redenção</b> .....	36
<b>4.2</b>	<b>Emissão de Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), pela Prefeitura Municipal de Redenção</b> .....	37
<b>4.3</b>	<b>Resultado da pesquisa empírica de micro pequenas empresas do município de Redenção</b> .....	38
<b>4.3.1</b>	Mortalidade de pequenos negócios no município de Redenção .....	39
<b>4.3.2</b>	As micro e pequenas empresas registradas sobreviventes no município de Redenção .....	40
<b>4.4.1</b>	Setor de atividades econômicas de MPES no município de Redenção.....	41
<b>4.4.2</b>	Localização geográfica de micro pequenas empresas .....	42
<b>4.5</b>	<b>Receitas tributárias executadas no município de Redenção</b> .....	<b>43</b>
<b>4.6</b>	<b>Análise da entrevista sobre crescimento e desenvolvimento econômico</b> .	44
<b>5</b>	<b>CONCLUSÕES</b> .....	46
	<b>REFERÊNCIA</b> .....	48

<b>APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA APLICADA AOS MICROEMPREENDEDORES NO MUNICÍPIO DE REDENÇÃO .....</b>	<b>51</b>
---	-----------

## 1. INTRODUÇÃO

O crescimento e o desenvolvimento econômico são temas que estão em discussão na academia por vários estudos de diferentes áreas de conhecimento. Deste modo, há vários posicionamentos que são abordados pelos teóricos. Segundo Viega (2010, p. 17), o desenvolvimento e o crescimento econômico são teorias que possuem significados idênticos. Há muitos anos, vários pesquisadores, principalmente das áreas econômicas, consideram o crescimento e desenvolvimento econômico fenômenos que possuem elementos de transformação socioeconômica análoga.

Para se entender melhor o sentido de crescimento econômico e desenvolvimento econômico, Pinho e Vasconcellos (2006, p. 552) afirmam que o crescimento econômico é um processo de crescimento do Produto Nacional Bruto (PNB) *per capita*, em função da melhoria no padrão de vida da sociedade e pelas alterações essenciais que possam ocorrer na estrutura da atividade econômica. Esta fundamentação demonstra a situação da progressão econômica que acontece a partir dos indicadores quantitativos. O desenvolvimento econômico prioriza os direitos fundamentais da sociedade.

De acordo com Vasconcellos (2011, p. 412), “Desenvolvimento econômico é o conceito mais qualificativo, incluído as alterações da composição do produto e a alocação dos recursos pelos diferentes setores da economia, de forma a melhorar os indicadores de bem-estar”, em que atende à demanda coletiva em várias dimensões socioeconômicas, pela qual permite a transformação do meio em que vive a sociedade.

A teoria de crescimento e desenvolvimento econômico está sendo discutida no campo da macroeconomia pelos estudiosos da área, debatendo qual seria melhor forma de mensuração de economia das nações (PINHO & VASCONCELLOS, 2006). Esta questão demonstra que as teorias de processo de crescimento e desenvolvimento estão interlaçadas e interdependentes, mas não são idênticas, pois a produção de renda parte de um processo que exige as condições sociais favoráveis que possibilitam a mão de obra produtiva, que faz com que ocorra o crescimento da economia.

Diante desse cenário, as Micro e Pequenas Empresas (MPEs) são empresas de pequeno porte que possuem a capacidade de alavancar e desenvolver pequenos negócios. Segundo o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE, 2007), micro e pequenas empresas são fontes de receita que trazem grandes benefícios para o crescimento econômico. Segundo os dados do *Global Entrepreneurship Monitor - GEM* (2014), o Brasil atualmente é um dos países do mundo com grande número de empreendedores, considerando

os dados mais recentes da população brasileira de 18 a 64 anos de idade. De cerca de 130,7 milhões de indivíduos, estima-se que o número de empreendedores no Brasil seja de 45 milhões de indivíduos.

De acordo com os dados da SEBRAE (2013), os estabelecimentos e empregos formais de MPEs cresceram significativamente e, em 2012, havia cerca de 6,3 milhões de estabelecimentos de pequenos negócios, o que representa muito a progressão econômica de renda *per capita* no país.

A definição de MPEs é estabelecida a partir da capacidade de faturamento anual e classificação de números de empregados que exercem atividades econômicas na empresa. Portanto, microempresa e pequena empresa seguem as diretrizes adotadas pela Lei do Simples Federal nº 9.317/96. A Microempresa (ME) é uma pessoa jurídica que obtém receita bruta igual ou inferior a R\$ 240 mil. As Empresas de Pequenos Portes (EPP) são pessoas jurídicas que obtém receita bruta superior a R\$ 240 mil e igual ou inferior a R\$ 2,4 milhões (SEBRAE, 2007).

Os funcionários são classificados pela área de atividade econômica. A ME de comércio e de serviço pode possuir até 9 empregados e a EPP possui de 10 a 49 empregados (SANTOS; VEIGA, 2012). Este parâmetro, estabelecido na Lei Geral de Micro e Pequenas Empresas, deve ser cumprido pelos indivíduos que pretendem abrir negócios do gênero. O empreendedor que infringir os princípios preestabelecidos em lei sofrerá sanções que lhe faz perder direitos da isenção tributária.

O direito preestabelecido na lei de MPEs incentiva os microempreendedores a arriscarem iniciar seus próprios negócios, esta lei parte de uma política pública econômica que possibilita uma ampla abertura de pequenos negócios e evita concorrência com as empresas de medias e grandes portes.

## **1.1 JUSTIFICATIVA**

As Micro e Pequenas Empresas (MPEs) representam uma grande parcela de crescimento e desenvolvimento econômico no Brasil. De acordo com Fernandes e Ulisses (2013, p. 14), os pequenos negócios representam 99% das empresas brasileiras, geram mais de 70% das vagas formais de empregos e têm participação de 25% no PIB do Brasil.

O estudo de crescimento e desenvolvimento econômico por meio das MPEs, principalmente no setor de comércio, contribui para a identificação de desenvolvimento local, através de implantação da Universidade, assim como a relação de formação, capacitação e

promoção de pesquisa no mercado de consumo do Município. Tal fato dá grandes contribuições para o crescimento e desenvolvimento de estudo sobre MPEs no Município de Redenção.

A Unilab, como instituição pública federal, possui como missão contribuir no desenvolvimento da região do Maciço de Baturité, no Estado de Ceará, por meio dos seus projetos de pesquisa e extensão, que se realizam junto à região, principalmente nos municípios sediados, Redenção e Acarape.

A criação da UNILAB no Município de Redenção fez com que a população da cidade aumentasse significativamente. Atualmente, o município recebe vários estudantes e professores estrangeiros vindos de outros países, principalmente da África (Angola, Cabo Verde, Moçambique, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe) e da Ásia (Timor Leste). Além dos estrangeiros, a Universidade recebe também estudantes de municípios vizinhos, de outras regiões e estados do Brasil. Até o presente momento, a Unilab possui mais de 3 mil alunos.

Portanto, após a implantação da Unilab e com o crescimento populacional na cidade de Redenção, o Município transformou-se em uma cidade universitária, pois criou mais oportunidade de formação de qualidade gratuita, de construção e de ampliação de imóveis e de abrir novos negócios. O setor de comércio tem crescido de uma forma significativa nos últimos anos. De acordo com SEBRAE (2013), o setor de comércio mantém-se como atividade econômica com maior número de MPEs. Em 2012, havia cerca de 3,1 milhões de MPEs no comércio. Entretanto, o setor de comércio é a área que tem dominado o mercado, principalmente os pequenos negócios, que estão ganhando mais espaços de negócios e criando inovações tecnológicas para difusão de produtos no mercado.

## **1.2 PROBLEMÁTICA**

Este trabalho pretende responder a seguinte questão: qual o impacto da instalação da Unilab para o surgimento e desenvolvimento econômico de MPEs no Município de Redenção?

## **1.3 OBJETIVOS**

### **1.3.1 OBJETIVO GERAL**

- Verificar as mudanças econômicas com o surgimento e desenvolvimento de MPEs em Redenção após a implantação da Unilab.

### 1.3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Mapear o perfil socioeconômico de MPEs de comércio no município de Redenção.
- Avaliar os setores mais beneficiados com a implantação da Unilab no município de Redenção.
- Identificar o percentual de crescimento do MPEs com a instalação da Unilab no município de Redenção.
- Verificar o impacto nas finanças municipais com a implantação da Unilab no município de Redenção.

Este trabalho está estruturado em cinco capítulos: capítulo 1) Introdução, que apresenta o assunto e a relevância do estudo sobre crescimento e desenvolvimento de MPEs no município de Redenção e a identificação de problemática da pesquisa, assim como os objetivos gerais e específicos da pesquisa.

Capítulo 2) Crescimento e Desenvolvimento Econômico, que está subdividido em cinco partes, as quais contribuíram no embasamento deste trabalho a partir das principais teorias macroeconômicas. Para compreensão da problemática de pesquisa, foram abordados estudos sobre evolução econômica do Brasil; contribuição das universidades federais para o desenvolvimento regional e local; empreendedorismo e micro e pequenas empresas. Estes são principais assuntos que fundamentaram este capítulo.

Capítulo 3) Metodologia, que está subdividida em duas partes. A primeira parte indica procedimento de pesquisa que ilustra como foi realizada investigação e quais foram as metodologias utilizadas no estudo. Já a última mostra análises de dados coletados e demonstra como eles foram analisados.

Capítulo 4) Resultados e Discussão, que apresenta os dados pesquisados e traz as contribuições fundamentais que permitem uma reflexão sobre mudanças e o desenvolvimento econômico no Município de Redenção. Por fim, o capítulo 5) Conclusões, que revela os impactos econômicos que a UNILAB traz para os empreendedores no Município de Redenção.

## 2 CRESCIMENTO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Os teóricos de diferentes correntes econômicas e sociológicas fizeram ampla discussão sobre as teorias de crescimento e desenvolvimento econômico, a partir das quais trouxeram grandes contribuições que enriquecem concepções no campo econômico e social.

### 2.1 CRESCIMENTO ECONÔMICO

O termo “crescimento econômico” foi bastante utilizado pelos estudiosos acadêmicos até o fim da década 1960. No entanto, eles abordavam os fatores de produção, a produtividade e a renda *per capita* como indicadores mais importantes LEITE (2009, p. 64). O crescimento econômico valoriza simplesmente a questão econômica, pondo de lado a situação socioambiental. Portanto, o mesmo autor afirmou que, após de uma década, o crescimento econômico tornou-se variável para definição de desenvolvimento de uma sociedade, ou seja, só depois de dez anos que se começa a entender que o crescimento econômico não se limita simplesmente a renda *per capita*, mas faz parte de um conjunto transformador da sociedade.

Segundo Gremau, Vasconcellos e Toneto (2012, p. 59), o crescimento procura refletir a produção de bens que visam a atender às vontades humanas, logicamente, quanto maior a qualidade de bens produzidos, maior a possibilidade de as pessoas satisfazerem suas necessidades.

A teoria do crescimento econômico surge quando Adam Smith procura identificar os fatores da formação da riqueza nacional a partir de uma abordagem de estudo de mercado, na qual entende a importância do crescimento de tamanho dos mercados para reduzir os custos médios e permitir uma produção com lucros. De acordo com Souza (2008, p. 62), Adam Smith, ao realizar seus estudos sobre as causas de crescimento econômico, explicou que, quando houver taxa de lucro positivo oriundo de aplicação dos mercados e da divisão do trabalho, haverá poupança, que se transformará em investimentos. Isso aumentará a demanda de trabalhadores produtivos e o produto total, conforme demonstra a fórmula que justifica sua teoria em;  $Y = f(K L N)$ , sendo K o estoque de capital, L o número de trabalhadores produtivos e N número de estoque de recursos naturais. Esta teoria demonstra que o crescimento econômico é um processo de acumulação de renda na qual será aplicada em investimento, que passará a crescer no mercado.

Os economistas neoclássicos demonstraram modelos de crescimento econômico através de várias relações que possibilitam um crescimento a longo prazo. De acordo com Souza

(2005), o Modelo de Meade demonstra que a taxa de crescimento do produto ( $DY/Y$ ) depende das taxas de crescimento do estoque de capital ( $DK/K$ ), do crescimento demográfico ( $DL/L$ ) e do progresso tecnológico ( $DY'/Y = DT/T$ ), bem como da participação da renda do capital e do trabalho no produto total ( $rK/Y = Ky$  e  $wL/Y = Ly$ ). Portanto, essas relações permitem relações na economia nas quais se criam as hipóteses de crescimento econômico eficiente, segundo modelo de Meade.

O Modelo de Meade demonstra que, com a hipótese de crescimento demográfico positivo e progresso técnico nulo, a economia precisa crescer no mesmo ritmo do crescimento demográfico e da acumulação de capital, para manter o crescimento equilibrado, isto é, sem desemprego ou hiper emprego. O ritmo do crescimento econômico de uma economia dependerá das hipóteses que se fizer acerca das variáveis envolvidas. Considerando-se nulos o crescimento demográfico e o progresso técnico e os mesmos valores para  $Ky$  e  $Ly$ , o crescimento econômico passará a depender da produtividade marginal do capital e do ritmo de seu crescimento, bem como da propensão a poupar ( $s = S/Y$ ). No equilíbrio, o investimento torna-se igual à poupança ( $DK = S = sY$ ) (SOUZA, 2005).

O economista neoclássico Solow demonstra, no seu Modelo, que, na ausência de inovações tecnológicas no fluxo circular, será o crescimento demográfico que determinará o ritmo do crescimento econômico. Um aumento da taxa de crescimento demográfico  $n$  eleva as taxas de crescimento de  $Y$ ,  $K$  e  $L$ , mas diminui a produção *per capita*. Segundo Souza (2005), quanto maior o crescimento do progresso técnico em relação ao número de trabalhadores, maior será a produtividade do trabalho e tanto mais altas serão as taxas da acumulação de capital e do crescimento econômico. O modelo de Solow mostra a dinâmica de longo prazo de uma economia capitalista desenvolvida, que se dirige a um estado de equilíbrio estável. Nesse ponto, o crescimento demográfico e a tecnologia determinam o ritmo de crescimento equilibrado.

Portanto, os modelos neoclássicos, nas versões de Meade e de Solow, demonstram que o ritmo do progresso técnico determina o crescimento da renda *per capita* no equilíbrio estável de longo prazo quando são substituídos à taxa de crescimento demográfico da taxa efetiva de crescimento da renda (SOUZA, 2005).

## 2.2 DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

O desenvolvimento econômico surgiu a partir do momento em que a crise econômica assolou o sistema capitalista no século XIX. Concretamente, nos EUA, em 1929, onde houve grande concentração da renda e riqueza em poucas pessoas, quedas de bolsas de valores e desemprego afetaram os assalariados. Quando começou a crise nessa época, os estudiosos começaram estudar a origem de desenvolvimento econômico e a forma de superação de crises econômicas (SOUZA, 2008, p. 1).

Alguns autores defendem que o desenvolvimento econômico se deu com o pacto colonial. Isso se relaciona com a falha no sistema, em que as metrópoles deram grande importância na comercialização de metais como fator de riqueza nacional, procurando maximizar os saldos de balança comercial (SOUZA, 2008, p. 1).

Essa ideia foi reforçada pelos mercantilistas e fisiocratas, que defendem que a riqueza de uma nação depende de fluxo externo de metais preciosos. Portanto, esta política acaba sendo utilizada pelas diferentes nações, com a qual se valoriza mais a exportação de produtos e desvalorizando importações, tendo como resultado o aumento de balança a partir de cobrança de taxas de exportação de comércio internacional.

O estudo de desenvolvimento econômico tornou-se uma polêmica na academia, na qual existem várias dúvidas sobre o que é desenvolvimento. De acordo com Souza (2008, p. 4), não existe uma definição universal aceita de desenvolvimento, mas existem duas correntes teóricas que abordam o conceito de desenvolvimento com as teorias diferentes. A primeira corrente de economistas de modelos tradicionais neoclássicos, como de Meade e de Solow e os de inspiradores de keynesiano, como os de Horrod, Domar e Kaldor, considera crescimento sinônimo de desenvolvimento. A segunda corrente de economistas como Lewis (1969), Hirschman (1974), Myrdal (1968) e Nurse (1957) entende que o crescimento é condição indispensável para o desenvolvimento, mas não é condição suficiente. Portanto, estes últimos teóricos demonstram o desenvolvimento na sua forma empírica, na qual tem um papel fundamental que proporciona a estabilidade socioeconômica.

Os estudiosos latino-americanos de várias áreas econômicas e sociológicas tiveram preocupação sobre o fenômeno de desenvolvimento. No entanto, realizaram pesquisa sobre o assunto, na qual definem o desenvolvimento como um processo de mudança que envolve toda a estrutura de país, desde sua estrutura econômica, social, política e física, até valores culturais e da vida humana (LEITE, 2009, p. 64).

Desse modo, o crescimento só não consegue criar as condições sociais que possibilitam uma transformação do meio ambiente e oferecer a qualidade de vida adequada para a população. Alguns autores, como Souza e Leite, afirmam que o crescimento econômico é um

dos indicadores de desenvolvimento econômico que influencia a progressão de indicadores sociais.

Segundo Souza (2008, p. 2-3), o desenvolvimento econômico ficou evidente no final dos anos de 1930. Com a aplicação da contabilidade nacional, passou-se a comparar a renda *per capita* de vários países e a classificá-los como “ricos e pobres”, dependendo do valor dessa renda média. Esta abordagem possibilita uma nova visão de desenvolvimento em que estabelece os indicadores, ou seja, parâmetros que um país pode alcançar para ser considerado desenvolvido ou subdesenvolvido. O autor supracitado ilustra os indicadores, como crescimento insuficiente e instável, alto grau de analfabetismo, elevadas taxas de natalidade e de mortalidade infantil, predominância de agricultura como atividade principal, insuficiência de capital e de certos recursos naturais, diminuindo mercado interno, baixa competitividade e instabilidade política. Estes são os principais indicadores que caracterizam o patamar de um país perante outro.

Os países “pobres” ou subdesenvolvidos são considerados por alguns autores como um atraso de crescimento em relação aos outros países.

[...] subdesenvolvimento não é concebido como fruto de uma estrutura econômica mundial de exploração, nem com uma característica peculiar específica de determinadas sociedades nacionais; é considerado simplesmente um atraso de um ritmo mais lento de crescimento econômico linear (BRUN, 1997, p. 95).

A ideia de subdesenvolvimento consiste em atraso de crescimento linear de alguns países em relação a outros que contêm desenvolvimento elevado e consistente em vários setores: socioeconômico, político e democrático. Entretanto, esta demora de desenvolvimento faz com que países subdesenvolvidos se tornem dependentes econômicos, razão pela qual não conseguem realizar programas de desenvolvimento.

Para Leite (2009, p. 63), “a literatura sobre a economia do desenvolvimento revela que não há, atualmente, concordância sobre as forças e os elementos básicos que promovem o desenvolvimento”. Porém, o autor exemplifica a complexidade de identificar as causas motivadoras de desenvolvimento, motivo pelo qual faz uma comparação com os termos “classe social”, “mudança” e “consciência social”, que são de difícil estudo na academia.

De acordo com Souza (2008, p. 50), o desenvolvimento econômico de uma nação depende de vários fatores sociais e econômicos que precisam ser criados e garantidos pelas instituições públicas e privadas, desde emprego crescente até trabalho produtivo, formação de poupança, aporte de capitais externos, inovações tecnológicas na produção, existência de liberdades civis e expansão da iniciativa empresarial. Deste modo, Leite (2009, p. 206) afirma

que a finalidade do desenvolvimento é melhorar as condições de vida e da sociedade em todos os seus aspectos econômicos, sociais, culturais, institucionais, ambientais e humanos.

### 2.3 CRESCIMENTO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Há muitos anos, é difícil se identificar a diferença que existe entre crescimento e desenvolvimento. De acordo com Souza (2008, p. 6), o crescimento econômico é uma simples variação quantitativa de produto, enquanto o desenvolvimento econômico envolve mudanças qualitativas no modo de vida das pessoas, das instituições e das estruturas produtivas. Esse mesmo autor enfatiza, ainda, que o crescimento econômico é a ideia de distribuição direta de renda entre os proprietários de fatores de produção, demonstrando que essa distribuição não beneficia todo conjunto da população. Além disso, o desenvolvimento econômico não pode ser confundido com crescimento econômico, pois ele procura a transformação da sociedade a partir dos resultados do crescimento econômico.

Uma das primeiras evidências que se constava na abordagem das seguintes teorias é a falta da explicação explícita sobre a diferença que existe entre teoria de crescimento e desenvolvimento econômico. Segundo Viegas (2010, p. 18), a publicação de Relatório de Desenvolvimento Humano, através do seu Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), em 1990, teve como objetivo de acabar com a dúvida do que seria crescimento e desenvolvimento, na qual se aborda o desenvolvimento como a busca pela paz e dignidade humana. A partir desse momento, estudiosos começaram obter a compreensão sobre o desenvolvimento.

Portanto, com o lançamento de relatório das Nações Unidas, ficou claro que o crescimento e desenvolvimento possuem significados antônimos, mas ambos complementam um ao outro no índice de desenvolvimento de nações.

### 2.4 EVOLUÇÃO ECONÔMICA BRASILEIRA

O Brasil é um dos países do mundo com o crescimento econômico em progressão nos últimos anos. Segundo Gremau, Vasconcellos e Toneto (2012, p. 312), a economia brasileira cresceu e se transformou-se longo do século XX considerando-se o crescimento do produto, a melhoria das condições de vida e a alteração da estrutura produtiva no sentido de fornecer bens mais complexos e com maior produtividade de fatores de produção. Portanto, o país

constituiu-se um dos exemplos mais bem sucedidos de desenvolvimento econômico no período do pós-guerra, pelo menos até a década de 1980 decorreu em momentos de auge.

Durante essas trajetórias de crescimento no Brasil, existem variações de crescimento econômico marcadas por diferentes etapas de regime político que aconteceram no Brasil. É importante ressaltar que o país atravessou bons momentos econômicos, que trouxeram grandes crescimentos econômicos. Porém, não foram progressões contínuas ao longo do século. Existem fases marcadas por elevadíssimas taxas de crescimento, como o período do Plano de Metas no final dos anos 1950, e o período do milagre econômico, na passagem da década de 1960 para a de 1970 (GREMAU; VASCONCELLOS; TONETO, 2012, p. 315). Estes momentos são considerados os mais marcantes na história do crescimento da economia brasileira. Portanto, o crescimento do país depende muito da política econômica adotada pelo o governo.

A economia brasileira evoluiu em conjunto com o desenvolvimento político que se registra pelos diferentes governos que se sucederam na gestão do Brasil. Segundo Leite (2009, p. 51-52), a administração de Getúlio Vargas na época da ditadura militar adotou política econômica de expansão na década de 1930 e 1940, que resulta principalmente de forças espontâneas e externas. Com o Governo Getúlio Vargas, houve a criação de novas políticas de planejamento econômico, onde foram realizadas várias ações de governo, que culminam na criação da Petrobrás em 1953, na criação do Banco do Nordeste do Brasil, bem como da Companhia Hidroelétrica do São Francisco.

Na era do presidente Juscelino Kubitschek (JK), o desenvolvimento foi considerado otimista pelos estudiosos. JK, em seus programas de campanha eleitoral à Presidência da República, exibiu o *slogan* “50 anos em 5 anos”. Tudo isso demonstra que o presidente tinha ambição de acelerar o crescimento do Brasil no nível de outros países desenvolvidos por um período de tempo normal de cinco anos de seu governo, em diferentes aspectos sócio-econômico-culturais (BRUM, 1995, p. 94).

O JK teve uma visão de desenvolvimento e crescimento do Brasil através de três planos; plano econômico, aceleração da economia para se colocar o Brasil no patamar de países desenvolvidos/industrializados, plano social, a criação de novas oportunidades de emprego e elevação do nível de vida da população; e no plano político, a estabilidade política e a garantia das liberdades democráticas. O desenvolvimento econômico do governo JK foi pensado num modelo do estado que possui mecanismos deliberativos que impulsiona economia do país. Assim, aproveitando o tempo perdido em relação aos países desenvolvidos. Portanto, as diretrizes da política econômica desenvolvimentista do Governo JK está voltada à

consolidação da industrialização brasileira, através dos investimentos nos setores de infraestrutura e indústria básica (BRUM, 1995, p. 95).

O programa de metas do Governo JK consiste no planejamento de 31 metas prioritárias com a ideologia otimista de realização de trabalho que permite aceleração de desenvolvimento. Substitui o nacionalismo “generalista pelo desenvolvimentista reduzindo a intervenção do estado na economia permitindo mais oportunidade de emprego” (BRUM, 1995, p. 97-98).

Segundo Nakabashi, Scatolin e Cruz (2013), para que houvesse crescimento e desenvolvendo econômico no Brasil, o setor da indústria era chave fundamental para estimulação e aquecimento de mercado nacional. Assim, o caminho escolhido para que o país entrasse em uma rota de crescimento e desenvolvimento econômico, principalmente após 1930, foi através de um esforço consciente de investimento no setor industrial via substituição de importação. O país apostou na promoção de produto nacional, fator pela qual proporciona o crescimento econômico e oferece oportunidade de emprego.

Na região Nordeste, o crescimento da renda nos últimos trinta anos foi semelhante ao padrão nacional. Estes resultados quantitativos não são os mesmos tocantes às melhorias de qualidade de vida e das condições sociais das maiorias dos 50 milhões de habitantes dessas regiões (LEITE, 2009, p. 205).

A região Nordeste possui recursos, mas é necessária a criação de políticas que favoreçam a sociedade em todos os setores de uma forma mais igualitária.

O verdadeiro significado de desenvolvimento econômico não corresponde apenas a um aumento quantitativo da produção de bens e serviços. É também sua melhor distribuição. Trata-se de um conceito ideológico que implica a reorientação das transformações estruturais de ordem econômica, social e organizacional (LEITE, 2009, p. 206).

Portanto, não basta que o país ou a região tenha vários recursos que favoreçam o crescimento econômico quantitativo sem iniciativa das políticas públicas de distribuição de renda para a população de uma forma que haja equilíbrio e uma justiça social.

No Estado do Ceará, a política de desenvolvimento tem sido adotada com a responsabilidade de governo com uma visão mais ampla que possa atender à necessidade coletiva da sociedade. Segundo Bar-el (2006, p. 363), durante as duas últimas décadas, os governos do Ceará mostraram sinais claros de preocupação com os problemas da pobreza e desigualdade, sem perder de vista a necessidade de crescimento econômico do estado. Segundo Leite (2009, p. 205), o Brasil é o país com o maior índice de desigualdade na

América Latina e é um dos dez do mundo. Finaliza que a desigualdade prejudica o crescimento e reduz o investimento.

Segundo Leite (2009, p. 205-208), “Na verdade o que ocorre no Nordeste é mal desenvolvimento”. Identifica que há problemas de desigualdade e de pobreza absoluta na região. O autor aborda que o subdesenvolvimento que se verifica no Nordeste tem a ver com pequena propriedade para prática de agricultura, analfabetismo e falta de oportunidade de emprego. Além disso, os fatores históricos, econômicos, internacionais e a falta de políticas públicas que permitam a modernização da agricultura e desconcentração da renda são fatores essenciais do atraso da região nordestina em relação ao Sudeste do Brasil.

## 2.5 CONTRIBUIÇÃO DAS UNIVERSIDADES PARA DESENVOLVIMENTO REGIONAL E LOCAL

A interiorização das universidades foi a estratégia que o Estado Brasileiro adotou, através das suas políticas públicas atreladas ao Ministério da Educação, para o desenvolvimento regional das cidades mais longínquas. Esta é uma forma que permite aos empreendedores oportunidade de investirem no mercado local. Segundo Cocco *et al.*[2013?],

A expansão da Rede Federal de Educação Superior no Brasil, atendendo ao Plano Nacional de Educação (PNE) - Lei Nº 10.172/2001, teve início em 2003 com a interiorização/regionalização dos *campi* das universidades federais. Essa expansão ampliou o acesso ao Ensino Superior público e gratuito no Brasil, bem como contribuiu para a regionalização e interiorização da oferta de vagas em todo o país. Nesse processo, que compreende dois momentos - a Expansão Fase I e o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) - , foram criadas 14 novas universidades e mais de 100 novos *campi*, os quais possibilitaram a ampliação de vagas e a criação de novos cursos de graduação e pós-graduação. Desse modo, de 1808 a 2002, no Brasil, existiam 148 *campi* de universidades federais, instalados em 114 municípios. Já em 2010, após a primeira etapa da expansão, o número saltou para 2741 (um aumento percentual de 85%), abrangendo 230 municípios (um aumento de 101%). A expectativa é de que, até 2014, dez anos depois do início do Programa de Expansão, o número de *campi* chegue a 321, o que corresponde a um aumento de 116% em relação ao número existente no Brasil desde a fundação da Faculdade de Medicina da Bahia (FAMEB), em 1808, por Dom João VI (logo depois de a família real portuguesa desembarcar em Salvador-BA), até 2002, atingindo um total de 275 municípios.

A criação das universidades e expansão dos *campi* amplia as oportunidade de vagas para estudos nas regiões mais distantes da Capital. Isso possibilita também um grande progresso no nível do ensino superior no Brasil, assim como no crescimento e desenvolvimento econômico regional e local. Para Cocco *et al.*[2013?], “as instituições de

ensino superior devem interagir com as empresas e as instituições públicas e privadas, proporcionando aos acadêmicos conhecimentos do funcionamento e das exigências do mercado de trabalho”. As universidades devem criar espaços de formação e de treinamento dos profissionais.

O Estado do Ceará se preocupa com o crescimento e desenvolvimento da região. Segundo Bar-el (2006, p. 363), há muitos anos as políticas adotadas pelos governos têm sido fortemente orientadas, de um lado, para atração de investimento e realização de um crescimento macroeconômico e, por outro lado, para a solução de problemas de desenvolvimento no interior do estado, tais como apoio ao desenvolvimento agrícola, investimentos pesados na educação e infraestrutura, aumento do acesso da população a terra, financiamentos etc. Esta preocupação mostra a vontade política cearense no desenvolvimento de interior do estado através de grandes investimentos.

Para Cocco *et al.* [2013?], a universidade é um bem público que deve funcionar para atender às demandas da sociedade, visando à contribuição na produção de conhecimento de uma forma democrática para transformação da sociedade local. As atividades das universidades no interior dos estados são compromisso que as mesmas possuem para o desenvolvimento regional. De acordo Alcoforado (2014, p. 76), a educação superior é fundamental para desenvolver uma região, pois propaga conhecimento e tecnologias.

Porém, existem ainda várias ações que dificultam instituições de ensino superior em diferentes setores socioeconômicos e territoriais no exercício das suas atividades. Esses desafios podem comprometer a valorização democrática e a promoção de desigualdade social na sociedade brasileira (COCCO *et al.*, 2013?), mesmo com constantes desafios, que se encontram, principalmente no interior dos estados. As universidades devem exercer um papel estratégico no desenvolvimento de suas regiões e do país, honrando seus compromissos com a sociedade (COCCO, *et al.* 2013?). Deste modo, a intervenção das universidades no interior do país pode ser um caminho de superação de várias dificuldades, criando oportunidades para o crescimento e desenvolvimento econômico regional e local.

## 2.6 EMPREENDEDORISMO E MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

O termo “empreendedor” possui vários significados ao longo dos últimos séculos. Tradicionalmente, a noção de empreendedorismo é creditada a Jean-Baptiste Say, mas foi o economista franco irlandês Richard Cantillon que introduziu o termo em 1755 ao descrever

alguém que exerce atividades de negócios em face da incerteza, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2014).

O austríaco Joseph Schumpeter realizou estudo aprofundado sobre o empreendedorismo, concluindo que o conceito de empreendedorismo se relaciona com a inovação (IBGE, 2014). Segundo Barros (2008), Schumpeter afirma que os empreendedores são a força motriz do crescimento econômico de um país, que criam novas tecnologias e inovações.

Edith Penrose foi uma das primeiras autoras a introduzir “conceitos ligados à atividade empreendedora e às capacidades empreendedoras dentro da organiza, alterando o foco da análise da figura do empreendedor para a ideia do empreendedorismo inserido no contexto da firma” (IBGE, 2014 *apud* PENROSE, 1959).

O estudo sobre o empreendedorismo no desenvolvimento econômico não se apresenta na literatura desde que foram feitos os principais estudos da literatura econômica após da Segunda Guerra Mundial, que são: acumulação de capital físico e humano, progresso tecnológico e expansão dos mercados. No entanto, o empreendedorismo contribui muito no desenvolvimento econômico, aumentando a concorrência e a eficiência econômica no mercado (BARROS; PEREIRA, 2008).

Na literatura recente, o estudo do empreendedorismo aprofundou-se na análise das oportunidades empreendedoras. Não há consenso sobre a definição do conceito de empreendedorismo, dependendo do nível de análise, que pode ser individual, firma e níveis agregados das atividades econômicas (IBGE, 2014). Contudo, estudiosos do IBGE e GEM afirmam que o empreendedorismo é atividade realizada pelo trabalhador por conta própria (BARROS; PEREIRA, 2008).

A pesquisa do programa de GEM é realizada em parceria com *Babson College*, nos EUA, e a *London Business School*, no Reino Unido, a qual afirma que empreendedorismo é qualquer tentativa de criação de um novo negócio ou empreendimento (BARROS; PEREIRA, 2008).

Segundo Maria e Souza (2013?), empreendedorismo no Brasil foi considerado há muitos anos trabalho informal. Na década de 1990, aumentou a informalidade no setor econômico de 36,6% da população ocupada; na década de 1980, para 40%. O motivo do crescimento foi a crise do mercado de trabalho.

Estudos apontam que o Brasil é um dos dez países mais empreendedores do mundo, tanto no empreendedorismo inicial quanto no estabelecido. A falta de oportunidade de

emprego contribui para o crescimento de empreendedores, principalmente nos municípios onde tiveram pouco crescimento econômico (BARROS; PEREIRA, 2008).

O empreendedorismo é idealizado a partir de uma iniciativa que envolve uma tomada de decisão em situação em que o indivíduo ou o grupo pensa realizar atividade através de uma oportunidade ou necessidade. Segundo Barros e Pereira (2008), existe empreendedorismo por necessidade, que envolve a falta de oportunidade de trabalho, e empreendedorismo por oportunidade, encontro de oportunidade com negócio.

### 2.6.1 MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

De acordo com a Pesquisa Anual de Comércio e a Pesquisa Anual de Serviços de Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2003, p. 21), um total de 2 milhões de micro e pequenas empresas de comércio e serviços em operação no País ocupavam cerca de 7,3 milhões de pessoas, ou seja, 9,7% da População Ocupada. Essas empresas geraram R\$ 168,2 bilhões em receita operacional líquida e R\$ 61,8 bilhões em valor adicionado.

A década de 1980 resulta em maior nível de desemprego, os pequenos negócios passam a ser considerados uma alternativa para a ocupação da mão de obra excedente. Há implantação do primeiro Estatuto da Microempresa (Lei nº 7.256, de 27 de novembro de 1984) e a inclusão das micro e pequenas empresas na Constituição Federal de 1988 (Artigo 179 do Capítulo da Ordem Econômica). Há também a transformação em 1990 do Centro Brasileiro de Assistência Gerencial à Pequena Empresa - CEBRAE, criado em 1972, em Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas-SEBRAE, com funções mais amplas para oferecer serviços de apoio à implantação e fortalecimento dos empreendedores nos negócios de pequeno porte (IBGE, 2003, p. 15-16).

Segundo o IBGE (2003, p. 16), as instituições acima mencionadas contribuem na garantia de direitos de empresas de pequeno porte, assim como no crescimento e desenvolvimento econômico do Brasil. Do mesmo modo, Maria e Souza (2013?) acrescentam que as MPEs possuem importante papel socioeconômico no país, pois têm a capacidade de gerar a riqueza e oferecer oportunidades de emprego.

Na definição de MPEs não há unanimidade sobre a delimitação do segmento das micro e pequenas empresas.

Observa-se, na prática, uma variedade de critérios para a sua definição tanto por parte da legislação específica, como por parte de instituições financeiras oficiais e órgãos representativos do setor, ora baseando-se no valor do faturamento, ora no número de pessoas ocupadas, ora em ambos. A

utilização de conceitos heterogêneos decorre do fato de que a finalidade e os objetivos das instituições que promovem seu enquadramento são distintos (regulamentação, crédito, estudos, etc.) (IBGE, 2003, p. 17).

As MPEs não possuem uma definição consensual, dependem de alguns fatores que compõem a estrutura de negócios do microempreendedor. Portanto, contata-se, na tabela abaixo, que as definições de MPEs possuem diferentes enquadramentos relacionados às políticas econômicas de instituição.

As micro e pequenas empresas podem ser de dois tipos: empregadoras e familiares. As MPEs empregadoras foram definidas como aquelas que tinham pelo menos uma pessoa na condição de empregado em 2001 e as familiares como aquelas em que apenas trabalhavam os proprietários, os sócios e/ou membros da família (IBGE, 2003, p. 30).

A região Sudeste historicamente é responsável pela maior geração de riquezas do País, concentrando maior volume de produções industriais e comerciais. Dados das micro e pequenas empresas para 2001 apontam que 55,5% destas estavam localizadas na região Sudeste, 22,4% na região Sul, 14,3% na região Nordeste, 6,5% na região Centro-Oeste e 1,3% na região Norte (IBGE, 2003, p. 40).

Essa concentração de enormes números de empresas de pequeno porte que se verifica no Sudeste não é simplesmente por motivo de maior indústria e comércio, mas também pela situação de grande volume da população e pela organização de políticas públicas, as quais são fatores importantes para realização de negócios na região.

No tocante à mortalidade, observou-se que as taxas mais elevadas ocorreram nas empresas de menor porte. Assim, as empresas da classe de até 5 pessoas ocupadas registram taxas de mortalidade mais elevadas do que as da classe de 6 a 19. O motivo desta mortalidade desses tipos de MPEs está relacionado com o baixo nível de formação dos empreendedores (IBGE, 2003, p. 20).

### 3 METODOLOGIA

A metodologia da pesquisa foi desenvolvida em duas partes. Na primeira parte, procedimento da pesquisa, aborda-se os caminhos percorridos para a realização deste trabalho junto às instituições e aos sujeitos que fazem parte do estudo. Na segunda parte, análise dos dados coletados, apresenta como foram analisados os dados quantitativos e qualitativos pesquisados a partir da comparação de variáveis econômicas de MPEs e entrevistas dos empreendedores de Município de Redenção.

#### 3.1 PROCEDIMENTOS DA PESQUISA

A pesquisa foi realizada na base de estudo descritivo, que pretende descrever e analisar as relações de variáveis de crescimento e desenvolvimento econômico de MPEs que exercem atividades econômicas no Município de Redenção. Segundo Gil (2008, p. 42), as pesquisas descritivas são aquelas que os pesquisados sociais utilizam para compreender e explicar relações de variáveis, características de atuação prática de uma instituição educacional, empresarial comercial, partidos políticos etc. Para melhor o desenvolvimento do trabalho, foram realizados estudos de pesquisas bibliográficas que facilitam a compreensão da literatura estudada com abordagem qualitativa e quantitativa.

O trabalho foi abordado através de amostra não probabilística intencional. De acordo com Martins e Theóphilo (2009, p. 123), o método de amostra não probabilístico intencional são amostragens em que há uma escolha deliberativa dos elementos da amostra, onde não se generalizam os resultados para a população e o critério é formado intencionalmente pelos indivíduos que compõem o grupo da entrevista. Este procedimento permite selecionar os sujeitos de pesquisa por diferentes categorias institucionais de forma que possibilita adquirir informações precisas.

A pesquisa foi realizada, no segundo momento, através de um estudo empírico. De acordo com Martins e Theóphilo (2009, p. 39), a abordagem metodológica empírica surgiu no século XVI, nas escolas inglesas, pelos estudiosos Bacon, Lucke, Mill e Hume. Para estes cientistas, o estudo de empirismo admite apenas observação e experimentação da realidade dos fenômenos, considerando que o fato existe independentemente de qualquer atribuição de valores ou posicionamento teórico.

Portanto, a pesquisa foi desenvolvida nessa direção de observação e levantamento dos dados secundários na Prefeitura Municipal de Redenção, especificamente no setor de tributação, o qual é responsável pelo registro e levantamento de dados de MPE e MEI no Município. Esses dados auxiliam no estudo, que procura identificação de explicação de problema de pesquisa em diferentes instituições públicas onde se encontram os dados de estudo, como no caso de SEBRAE e sites do IBGE. Estas instituições possibilitaram estudos e verificação de dados estatísticos.

### 3.2 ANÁLISE DOS DADOS COLETADOS

Os dados coletados foram analisados através da comparação de dados de diferentes setores de atividades econômicas de MPEs, de 2009 a 2014, que permite a realização avaliação dos indicadores socioeconômicos e análise explícita de fenômenos estudados. Esta comparação dos dados possibilita a identificação e a compreensão de crescimento de MPEs do Município de Redenção. Segundo Gil (2010, p. 16-17), “o método comparativo procede pela investigação de indivíduos, classes, fenômenos ou fatos, com vistas a ressaltar as diferenças e similaridades entre eles”, a sua ampla utilização possibilita estudos de reagrupamento social, separados pelos espaços e pelo tempo.

Para saber sobre o desenvolvimento de MPEs, foram analisadas as entrevistas de dez empreendedores que exercem suas atividades econômicas em Redenção, assim como análise da observação com funcionários da Prefeitura do Município de Redenção no momento da coleta de dados. Isso possibilita avaliação de maneira mais qualitativa à opinião dos indivíduos sobre crescimento e desenvolvimento econômico dos MPEs, assim como compreender o impacto da implantação da universidade no interior, a partir do crescimento populacional que se verifica na cidade de Redenção.

## 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados e discussão deste trabalho foram apresentados de forma que possibilitem uma compreensão da temática estudada, em que foram ilustrados os dados empíricos levantados na Prefeitura Municipal de Redenção, dados quantitativos dos estudantes, servidores docentes e técnicos administrativos da Unilab, assim como análise das entrevistas dos empreendedores que exercem atividades econômicas na cidade de Redenção.

### 4.2 A UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA - UNILAB

A Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab), criada pela Lei Nº 12.289, de 20 de julho de 2010, é uma instituição autárquica pública federal de ensino superior, vinculada ao Ministério da Educação, com sede e foro na cidade de Redenção, no Maciço do Baturité, no Estado do Ceará. Atualmente, a Unilab possui quatro *campi*, dos quais três são no Estado do Ceará, Campus da Liberdade, Palmares e Aurora, e um no Estado da Bahia, Campus de Malês (UNILAB, 2012).

A Unilab é uma instituição federal vocacionada para a cooperação internacional e compromissada com a formação de qualidade e democrática para a sociedade, fundamentando suas ações no intercâmbio acadêmico e solidário com países membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP): Portugal, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Timor Leste. A Unilab possui política de integração dos estudantes e dos professores oriundos de outros países, principalmente países parceiros (UNILAB, 2012).

Este trabalho foi desenvolvido a partir de estudo considerando os dados com relação a quatro anos de funcionamento da universidade, como pode se constatar nos dados que constam na Tabela 1, a situação quantitativa de entrada dos estudantes brasileiros e africanos em modalidade presencial no Estado do Ceará, principalmente nas Cidades de Redenção e Acarape.

**Tabela 1:** Quantitativo de estudantes da Unilab/CE, modalidade presencial, de 2011.1 a 2014.3

Ano de ingresso	Brasileiros		Estrangeiros		Total
	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	
2011.1	74	80	23	16	193
2011.2	77	101	00	00	178
2012.2	117	133	70	42	362
2012.3	153	148	33	16	350
2013.1	308	341	77	29	755
2013.3	115	145	81	31	372
2014.1	225	203	130	41	599
2014.3	181	229	18	09	437
Total	1250	1380	432	184	<b>3.246</b>

**Fonte:** Diretoria de Registro e Controle Acadêmico-DRCA, adaptado pelo autor, 17/08/2015.

Com o funcionamento da universidade no interior do Ceará em 25 de maio de 2011, de acordo com a política da universidade, as entradas dos estudantes devem ser de 50% para brasileiros e 50% para os países parceiros. Os dados da Tabela 1 revelam a desigualdade desde a primeira entrada, em 2011.3, até 2014.3. Há 2.630 estudantes brasileiros, o que corresponde a 81,02 %, dos quais 1.250 eram do sexo masculino e 1.380 de sexo feminino. Enquanto os estrangeiros, até o trimestre 2014.3, havia um total de 616 estudantes, o que corresponde a 18,98%, sendo 432 do sexo masculino e 184 do sexo feminino. Lembrando que, em 2011.2, não houve entrada de estudantes estrangeiros. Portanto, somados, estes dados ilustrados representam um total 3.246 estudantes da Unilab em 2014.3.

Para compor o corpo da comunidade acadêmica universitária, a pesquisa procura demonstrar a quantidade dos servidores da universidade no período de 2011.1 a 2014.3, o período que delimita o tempo deste estudo. Portanto, de acordo com a Coordenação de Gestão de Pessoas (COGEP) da Unilab, os servidores professores ativos eram 152 e 2 inativos e os Técnicos Administrativos em Educação (TAE's) ativos eram 221. Totalizam-se 373 servidores ingressantes ativos na Unilab nesse período.

Portanto, a comunidade universitária cresceu significativamente. Esse aumento representa uma grande oportunidade de investimento no mercado aos investidores e microempreendedores na cidade de Redenção.

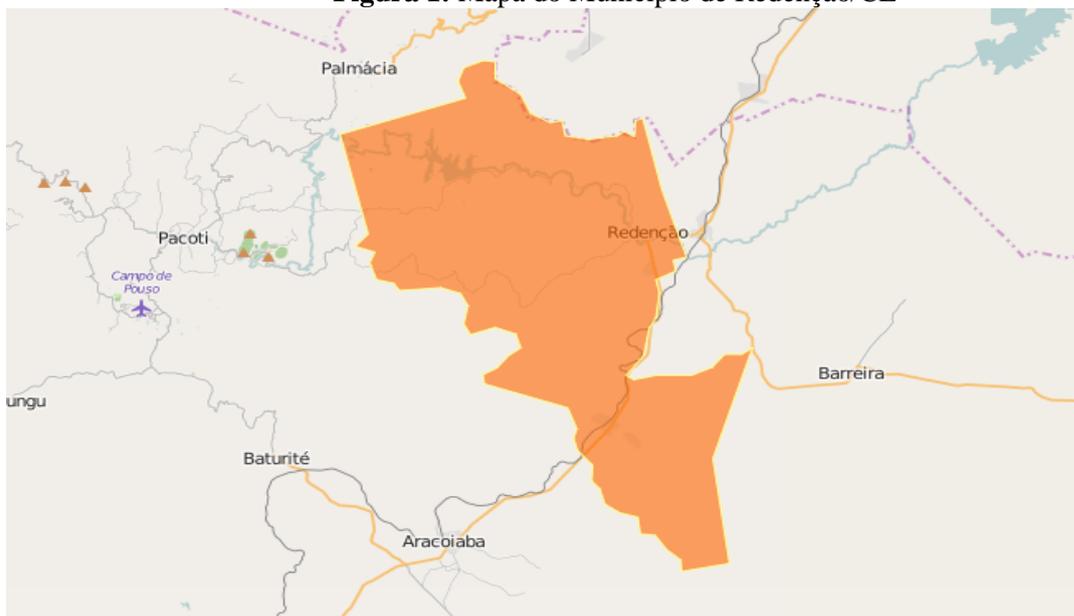
## 4.2 MUNICÍPIO DE REDENÇÃO

O Município de Redenção foi criado pela Lei Provincial nº 1.242, no dia 5 de dezembro 1868. A cidade de redenção possui a superfície territorial de 225,306 km<sup>2</sup> de área, a população em 2010 era de 26.415 habitantes e em 2015 estima-se a população de 27.272 habitantes. Situa-se no interior do Estado do Ceará, com distância de 66 km<sup>2</sup> da capital do estado, Fortaleza.

Redenção foi primeira cidade brasileira a abolir escravos, no dia 23 de janeiro de 1883. O município é um dos mais pobres do país e do estado. De acordo o Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE, 2015), possui a renda *per capita* com preços correntes de 5.231,99 reais e o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) é de 0,626.

O Município de Redenção está crescendo cada vez mais com a vinda dos estudantes, dos professores e dos técnicos administrativos da Unilab. Esse crescimento populacional faz com que a cidade de Redenção seja uma boa oportunidade de negócio aos empreendedores com pretensão de fazer negócios na cidade. Entretanto, só aumento populacional sem uma visão política empreendedora por parte de atores políticos e organizações sociais no Município não é suficiente para alavancar negócios. Portanto, deverá haver boas condições ambientais, sociais e econômicas, atrativas, que ofereçam aos investidores e empreendedores oportunidade de ariscar para se fazerem investimentos e negócios em diferentes setores de atividades econômicas da cidade.

**Figura 1:** Mapa do Município de Redenção/CE

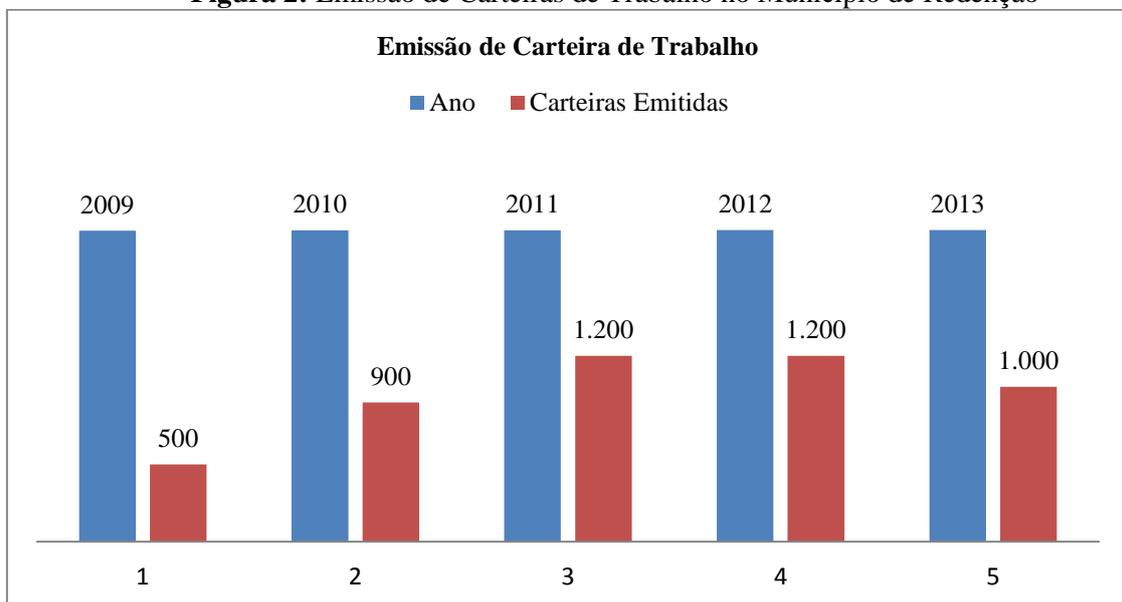


Fonte: IBGE, 2015.

#### 4.2 EMISSÃO DE CARTEIRA DE TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL (CTPS) PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE REDENÇÃO

Com o aquecimento do mercado através de construção de imóveis e de comercialização de produtos no município, há uma ampla oportunidade de emprego para a população de Redenção. Como se pode ver na Figura 2, houve uma progressão na emissão da carteira de trabalho pela prefeitura. Essa situação demonstra que havia um bom nível de emprego formal com a chegada Unilab.

**Figura 2:** Emissão de Carteiras de Trabalho no Município de Redenção



**Fonte:** Emissão- CTPS, Prefeitura de Redenção. Adaptado pelo autor, 2015.

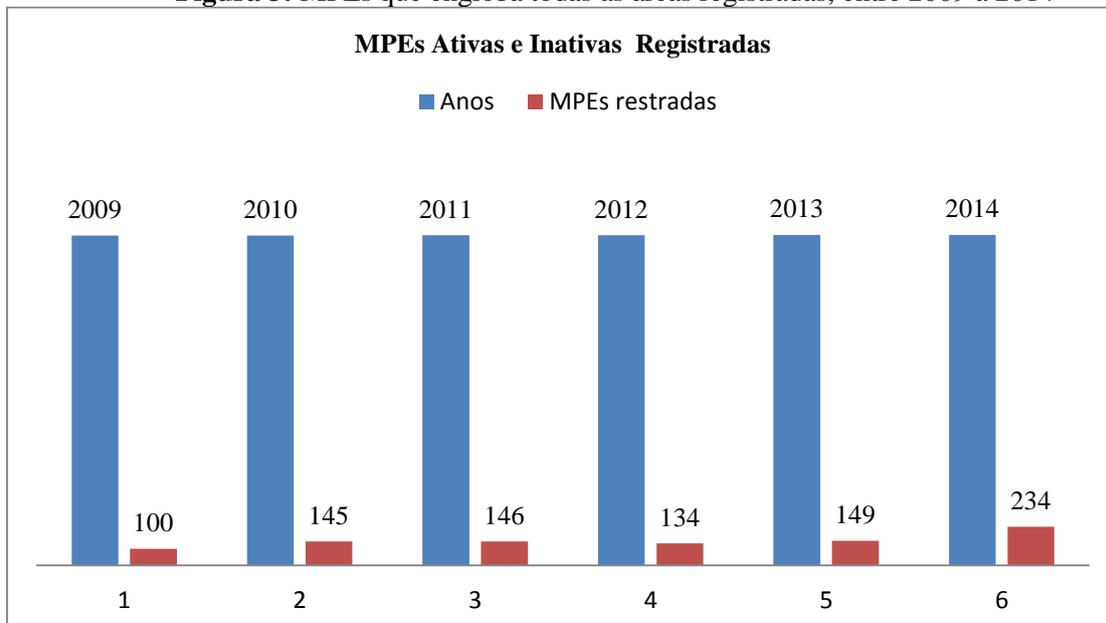
Com a implantação da Unilab na cidade de Redenção, percebe-se UMA movimentação dos redencionistas na procura de emprego, pois há oportunidades de construção de novas residências aos indivíduos que decidiram se residir na cidade, tanto pelos motivos de estudos como pela ocasião de novas oportunidades de negócios. De acordo com os dados da emissão de Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) fornecido pela prefeitura de Redenção, em 2009 a CTPS era 500; com funcionamento da Unilab em 2011 e 2012, foram emitidas 1.200 carteiras; respectivamente em 2013, houve a falta da carteira de trabalho. Em 2014 não houve emissão de carteira no Município por falta de repasse da instituição responsável de fornecimento da mesma ao Município.

### 4.3 RESULTADO DA PESQUISA EMPÍRICA DE MICRO PEQUENAS EMPRESAS DO MUNICÍPIO DE REDENÇÃO

O resultado da pesquisa realizada no Município de Redenção conta especificamente no setor da tributação, departamento responsável de registro de todos os procedimentos de negócios efetuados, desde a concessão da licença de autorização de atividade econômica até ao fechamento da empresa.

Os dados ilustrados na Figura 3 são resultados de um estudo empírico que englobam MPEs ativas e inativas registradas no Município de Redenção, referente ao período de 2009 a 2014.

**Figura 3:** MPEs que engloba todas as áreas registradas, entre 2009 a 2014



**Fonte:** Estudo de campo no setor da tributação, Prefeitura de Redenção. Adaptado pelo autor, 2015.

Os dados demonstram a situação do crescimento e desenvolvimento econômico dos MPEs registrados na Prefeitura a partir de uma comparação bianual, na qual permite avaliação da evolução das empresas antes e depois de funcionamento da Unilab no Município de Redenção, no dia 25 de maio de 2011, data que marca aula inaugural na Unilab e coincide com o dia da África.

O departamento da Tributação do Município de Redenção realizou registro das MPEs que exerceram atividades econômicas nos anos 2009 a 2010. Houve um crescimento de 45% das empresas de pequenos negócios em relação ao primeiro ano. Este momento coincide com

a divulgação da implantação da Unilab no Município. Apesar de não começar atividades acadêmicas, houve um crescimento significativo de negócios.

No ano 2011, foram registradas 146 empresas de pequeno porte e, no ano 2012, foram registradas 134 empresas. Estes dados demonstram uma queda de crescimento de 8,22% em relação a 2011. A queda se deu por motivo de instabilidade do mercado na cidade e era o momento de transição política, em que aconteceram as eleições municipais no Brasil, portanto, havia uma situação da insegurança de investimento. Mas, após as eleições municipais e a chegada de mais pessoas na universidade, professores, estudantes, técnicos administrativos fizeram com que houvesse crescimento e desenvolvimento econômico no Município. Foram autorizados registros de 149 empresas em 2013 e, em 2014, registraram 234 micro e pequenas empresas para realização de negócios. Portanto, houve uma progressão de 57,05% entre o ano 2013 e o ano 2014. Estes dados são referentes aos registros de MPEs. Este crescimento aconteceu, possivelmente, pela consolidação da implantação da universidade, pois havia maior confiança de investimento no mercado, principalmente no setor de comércio imobiliário e materiais de construção.

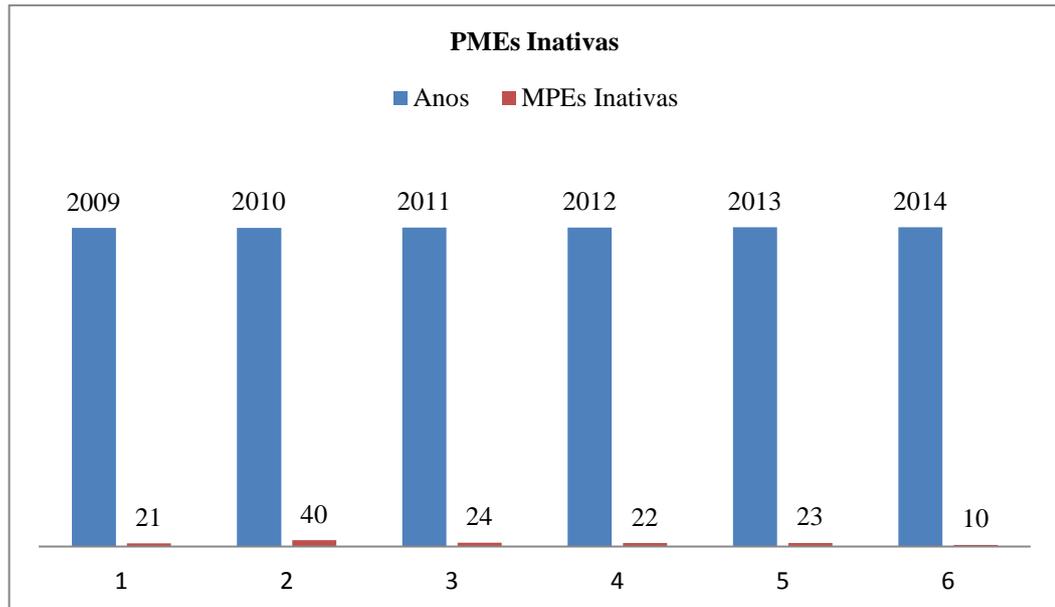
#### 4.3.1 MORTALIDADE DE PEQUENOS NEGÓCIOS NO MUNICÍPIO DE REDENÇÃO

De acordo com Fernandes e Ulisses (2013, p. 12), “Em 2011, o estudo do Sebrae sobre a Taxa de Mortalidade das MPEs apontou que, de cada 100 das novas empresas constituídas, 73 sobrevivem aos dois primeiros anos de atividade”.

O principal problema que se verifica sobre a mortalidade das empresas de pequenos negócios é a falta de estudo do mercado, da capacitação dos empreendedores e do plano de negócio. Esta situação acontece principalmente nos momentos iniciais de atividades econômicas.

Com base no estudo realizado no Município de Redenção, pode-se constatar na Figura 4 a taxa de mortalidade de MPEs, que deixaram de exercer suas atividades econômicas entre 2009 e 2014.

**Figura 4:** Taxa de Mortalidade de MPEs registradas na prefeitura de Redenção, entre 2009 e 2014

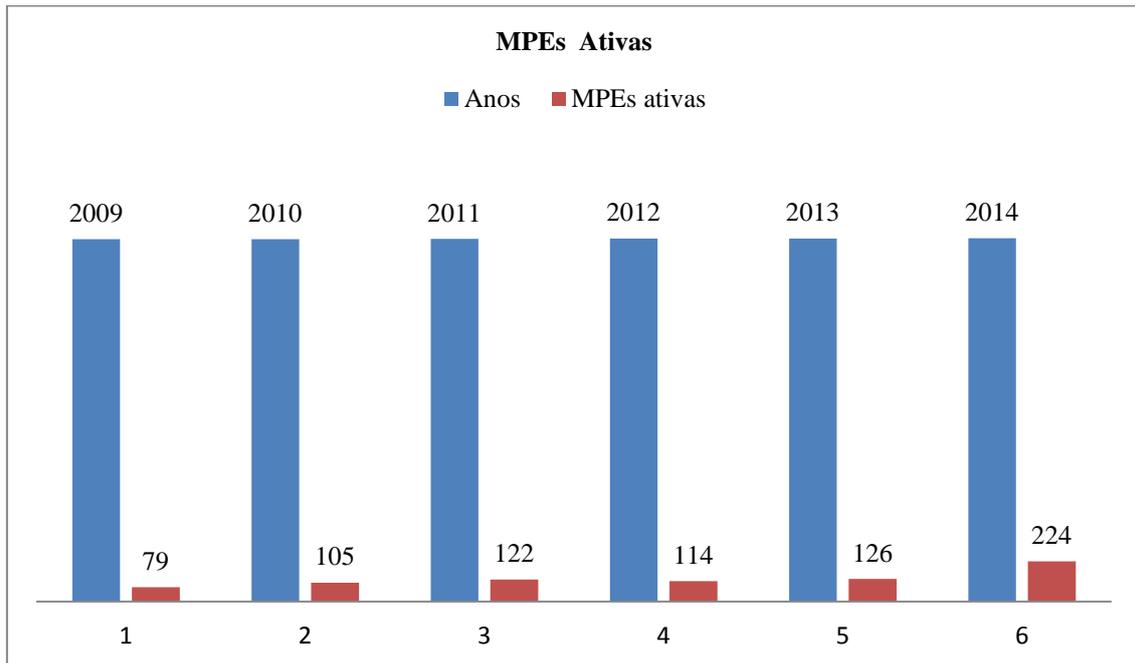


**Fonte:** Estudo de campo no setor da tributação, Prefeitura de Redenção. Adaptado pelo autor, 2015.

Nos registros feitos para a realização de atividades econômicas de comércio, de prestações de serviços e da indústria, entre 2009 e 2014, percebe-se que, no decorrer das atividades, havia algumas empresas que fecharam as portas. Fazendo uma comparação entre 2009 e 2010, houve uma taxa de mortalidade de 90,47% das empresas em relação ao primeiro ano e ao segundo ano, pois não havia um estudo de mercado de consumo que avaliasse a situação de realização de negócios no Município. No entanto, entre 2011 a 2012, houve uma queda de 8,33% e, entre 2013 e 2014, diminuiu 5,65% por centos de mortalidade de MPEs no Município.

#### 4.3.2 AS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS REGISTRADAS SOBREVIVENTES NO MUNICÍPIO DE REDENÇÃO

As MPEs registradas sobreviventes durante seis anos de atividades econômicas no Município contribuíram para alavancar o crescimento e desenvolvimento local, criando oportunidades de emprego de várias famílias, assim como na arrecadação de receitas próprias alcançadas na contribuição de impostos.

**Figura 5:** MPEs registradas sobreviventes entre 2009 a 2014

**Fonte:** Estudo de campo no setor da tributação, Prefeitura de Redenção. Adaptado pelo autor, 2015.

As empresas de pequeno porte tiveram uma progressão positiva, principalmente a partir de 2013, em que se registram 126 empresas, no ano seguinte, em 2014 houve mais crescimento de atividades econômicas em relação ao ano anterior, como se verifica a ilustração na Figura 5. Esta mudança deve-se com a estabilidade econômica do mercado, pois muitos empreendedores fizeram estudo do ambiente para melhor investir na cidade. Além disso, este período coincide com aumento populacional da comunidade acadêmica, a consolidação e a divulgação da universidade no município de Redenção.

#### 5.4.1 SETOR DE ATIVIDADES ECONÔMICAS DE MPEs NO MUNICÍPIO DE REDENÇÃO

Na coleta dos dados de MPEs no departamento da tributação, são constatados registros nos arquivos impressos e nos sistemas de computador da instituição, três atividades econômicas, a saber: atividades de comércio, de prestação de serviço e indústria. Portanto, na base deste estudo foram levantados os dados referentes a estes setores econômicos.

**Tabela 2:** MPEs registradas por setor de atividade econômica, entre 2009 e 2014

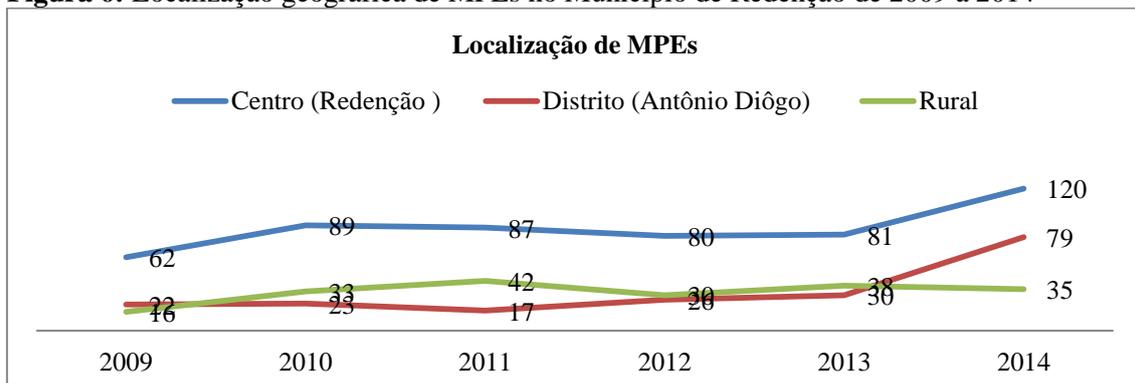
Setores de atividades econômicas registradas								
Ano	2009	2010	2011	2012	2013	2014	Total	%
Comércio	80	127	120	114	102	156	699	76,81
P. serviços	19	15	25	18	41	74	192	21,1
Indústria	1	3	1	4	6	4	19	2,09
Total	100	145	146	134	149	234	910	100

**Fonte:** Estudo de campo no setor da tributação, Prefeitura de Redenção. Adaptado pelo autor, 2015

De acordo com o estudo realizado no Município de Redenção, foi identificado que o setor de comércio possui 76,81% de crescimento em relação a outros setores, prestação de serviços 21,1% e indústria 2,09%, como se pode verificar na ilustração na Tabela 2. Esta progressão começou antes implantação da Unilab até a consolidação da implantação em 2014. Por conseguinte, o comércio tem evoluído progressivamente.

#### 4.4. 2 LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA DE MICRO PEQUENAS EMPRESAS

A situação geográfica é um fator importante para a realização de atividade econômica, principalmente no setor de comércio. É imprescindível que haja um ambiente favorável que possibilite fluxo de consumo no mercado. Portanto, quanto mais a concentração da população no mercado, será melhor negócio. Por isso, é fundamental a realização de um estudo prévio de mercado, antes de abrir empresa no mercado. Assim, seria possível identificar os potenciais clientes e a situação do ambiente do mercado. Pode-se constatar, na Figura 6, como foram distribuídas as MPEs no Município de Redenção.

**Figura 6:** Localização geográfica de MPEs no Município de Redenção de 2009 a 2014

**Fonte:** Estudo de campo no setor da tributação, Prefeitura de Redenção. Adaptado pelo autor, 2015.

De acordo com a Figura 6, os pequenos negócios no Município de Redenção encontram-se localizados no centro da cidade de Redenção, representando 51,16% de MPEs. Portanto, esta situação se dá devido à concentração da população e à proximidade da Unilab a Redenção.

No distrito de Antônio Diogo, percebe-se crescimento acentuado de MPEs a partir de 2013, e a zona rural estava em uma progressão linear, ou seja, constante, como se constata na Figura 6.

## 5.5 RECEITAS TRIBUTÁRIAS EXECUTADAS NO MUNICÍPIO DE REDENÇÃO

As receitas municipais provêm de três fontes principais: as receitas próprias, as receitas constitucionalmente partilhadas e as transferências negociadas. Mas este estudo pretende analisar a primeira fonte, receitas próprias, as quais provem de contribuições de impostos.

De acordo com Tristão (2003), “o imposto está previsto no artigo 145 da Constituição de 1988, que determina que, sempre que possível, os impostos terão caráter pessoal e serão graduados segundo a capacidade econômica do contribuinte”.

Compete exclusivamente aos municípios instituir os seguintes impostos: Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU), que representa a carga fiscal da propriedade imóvel, com ou sem edificação, localizada na zona urbana ou com destinação urbana; Imposto sobre as Transmissões de Bens Intervivos (ITBI), a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição; e Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), cuja relação dos serviços tributáveis é definida por lei complementar (TRISTÃO, 2003).

Pode-se observar, na Tabela 3, o incentivo da arrecadação dos impostos para o Município de Redenção após a implantação da Unilab.

**Tabela 3:** Receitas tributárias próprias no Município de Redenção de 2009 a 2014

<b>Receitas Tributárias Executadas no Município de Redenção de 2009 a 2014</b>								
Anos	ISN	R\$	IPTU	R\$	ITBI	R\$	Total	%
2009	212.974,25		11.290,32		10.174,00		234.438,57	6,01

2010	384.129,38	14.250,44	5.490,00	403.869,82	10,36
2011	451.384,31	16.375,50	9.554,91	477.314,72	12,24
2012	675.449,79	14.442,56	98.137,74	788.030,09	20,21
2013	816.113,95	23.463,07	13.481,38	853.058,40	21,87
2014	1.060.404,96	51.787,62	30.663,17	1.142.855,75	29,31
Total	3.600.456,64	131.609,51	167.501,20	3.899.567,35	100,00

**Fonte:** Tribunal de Conta Municipal do Ceará-TCM/CE. Adaptado pelo autor, 2015.

A Secretaria Municipal de Finanças de Redenção arrecadou ao cofre do Município um valor significativo durante o período de 2009 a 2014, como pode se constatar na Tabela 3. Houve um crescimento progressivo na arrecadação da receita tributária, principalmente a partir de 2012, onde teve 20,21%. Em relação aos anos passados, houve um crescimento relevante de receitas oriundas de contribuições de impostos.

Esses montantes, de qualquer forma, impactariam nas finanças do Município, assim como poderiam contribuir em execuções de políticas públicas municipais que envolvem várias ações sociais, inclusive a melhoria da cidade e segurança em Redenção.

#### 4.6. ANÁLISE DA ENTREVISTA DE EMPREENDEDORES SOBRE CRESCIMENTO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Para obtenção detalhada de informações relativas ao crescimento e desenvolvimento econômico de MPEs, foram realizadas entrevistas com dez microempreendedores, das quais uma era funcionária da empresa e o restante eram proprietários (as) que exerciam atividades econômicas no Município. Portanto, foi perguntado: “qual foi motivo principal para iniciar esta empresa no Município de Redenção?”. Apesar de 70% dos entrevistados já atuarem no mercado havia vários anos, a maioria respondeu que queria ter os seus próprios negócios; alguns tinham vivenciado outras experiências profissionais, mas não se deram bem e resolveram mudar de profissão por motivos de oportunidade de negócios no município. “Na época, eu estava muito decepcionado com área ao qual eu atuava e na época aqui a gente contava quantas motos passavam.”

Portanto, os microempreendedores tiveram possibilidade de iniciar seus negócios, pois há um mercado jovem onde existe oportunidade de crescimento e desenvolvimento de atividades econômicas, nas quais lhes possam melhorar suas rendas. Quando se fala em treinamento de micro e pequenos empreendedores no município é notável que 60% dos entrevistados tiveram o treinamento continuado pelo SEBRAE, que oferece cursos de capacitação de curta duração aos empreendedores de todo Brasil. Outros tiveram experiências próprias acumuladas de se lidar com negócios.

Ao perguntar com relação aos resultados esperados dos empreendedores (“Após a implantação de sua empresa, o resultado foi o esperado?”), quase todos responderam que tiveram um resultado positivo nos seus negócios, principalmente com o surgimento da Unilab. Pode-se observar seus depoimentos a seguir:

“Sim, houve cresceu muito, vendi mais, melhorou mais, muito boa, principalmente em relação ao comércio.”

“Sim, houve crescimento, porque ganhei mais clientes, estou ganhando mais, tenho imóveis estudantes da Unilab alugaram”.

“Sem dúvida alguma, a renda tem melhorado muito, temos vários clientes, alunos da Unilab, professores e outras pessoas envolvidas com a Unilab”.

O município de Redenção possui um mercado de negócio muito fértil, que possibilita a realização de atividades econômicas, principalmente no setor de comércio de mobiliário e de eletrodoméstico. Falando do crescimento econômico de MPEs no município, pode-se constatar (Quadro 1) que a Unilab aqueceu o mercado econômico no município de Redenção, pois quase todos entrevistados admitem que, com o surgimento da universidade na cidade de Redenção, houve um crescimento significativo, principalmente na área de comércio. 60% dos entrevistados afirmaram que tiveram um crescimento estimado nas suas rendas acima de 20%.

**Quadro 1:** Estimativa de crescimento de MPEs após o surgimento da Unilab em %.

<b>Micro e Pequenas Empresas do Município de Redenção</b>		
<b>Empresas</b>	<b>Tempo de funcionamento</b>	<b>O (A) senhor (a) acha que seu movimento mensal aumentou quanto por cento após o surgimento da Unilab?</b>
Entrevistado 1 <sup>1</sup> (P)	25 anos	Colocaria 10%, devido à Unilab.
Entrevistado 2 (P)	30 anos	Eu não sei dizer, porque o faturamento era com meu pai.
Entrevistado 3 (P)	1 anos e 6 meses	Eu acho que tripliquei o valor investido.

Entrevistado 4 (F)	10 anos	Houve crescimento de 1%
Entrevistado 5(P)	20 anos	25%
Entrevistado 6 (P)	16 anos	No mínimo, 5% de clientes e meu lucro real.
Entrevistado 7 (P)	19 anos	20%
Entrevistado 8 (P)	20 anos	Eu acho 20%
Entrevistado 9(P)	2 anos	De 22% e 23% com abertura da Unilab
Entrevistado 10(P)	5 anos	De 10% ou 20%

**Fonte:** Entrevista realizada com os MPEs no Município de Redenção, 11/2015.

Portanto, após responder questões elaboradas, perguntou-se: “Você tem algo a dizer além do que foi perguntado?”. Alguns dos entrevistados demonstraram que falta ainda muita coisa a ser feita para que Redenção tivesse crescimento e desenvolvimento melhor. Em relação ao momento que se vive hoje em Redenção, atribuíram a responsabilidade a atores políticos, principalmente ao Poder Executivo Municipal. São alguns depoimentos deles:

“Sim, com relação à Unilab não tenho nada contra ela. A nossa cidade eu acho que o prefeito, vereador e padre podem contribuir para o desenvolvimento de Redenção, mas eles não estão ajudando para melhoria da cidade. Redenção é uma cidade histórica, poderia melhorar turismo; e tirar esta feira no meio da rua. Eu acho que Redenção só caiu com a chegada da Unilab, porque Redenção não está preparado para receber gente de fora, aumenta tudo, aumenta lixo na rua, aumenta assalto”.

“A Unilab trouxe para Redenção um crescimento muito grande, principalmente na questão de aluguel, e Redenção fica mais conhecida.”

Estes depoimentos demonstraram que o município de Redenção tem ainda muitas coisas que possam ser melhoradas a partir de políticas públicas voltadas ao interesse da sociedade, criando mais oportunidade de emprego para jovens e melhoria da visão da cidade.

De acordo com os depoimentos dos entrevistados, pode-se perceber que o Poder Executivo Municipal poderia adotar políticas empreendedoras para atrair mais investidores que possam contribuir para o desenvolvimento local. O município de Redenção é a primeira cidade a abolir escravidão no Brasil, portanto, além de a universidade trazer grandes benefícios de formação acadêmica, profissional e cultural, contribui com o crescimento econômico no mercado local. A própria história de escravidão e cultura negra poderiam contribuir muito no desenvolvimento de turismo no município de Redenção se houvesse uma preservação e valorização dessas identidades na cidade.

## 5 CONCLUSÕES

O Município de Redenção, apesar de ser uma cidade pequena e histórica que está no interior do Estado do Ceará, com o surgimento da Unilab, obteve crescimento e desenvolvimento econômico de micro e pequenas empresas de 57,05%, entre 2013 e 2014, principalmente na área de comércio, que teve uma progressão enorme, de 76,81% em relação às outras áreas que exercem atividades econômicas, prestação de serviços e indústria.

Alguns especialistas em estudo de crescimento e desenvolvimento econômico apontam que o estudo de impacto se faz a partir de um período de médio e longo prazo, o período para o qual permite mensurar as mudanças econômicas que ocorrem numa determinada região ou localidade.

Entretanto, durante esses poucos anos de funcionamento da Unilab na cidade de Redenção, identifica-se que há uma clientela muito grande consumindo e estimulando os microempreendedores a iniciarem uma nova experiência de negócios no mercado. Com o movimento da cidade, os jovens cada vez mais querem ter seus próprios negócios. Além de autonomia de lidar com seus próprios negócios, há um crescimento de emprego formal no Município.

A Secretária Municipal das Finanças de Redenção arrecadou, através da contribuição de impostos em 2013, 20,21%, porcentagem que se refere ao quase dobro dos anos anteriores. Portanto, o funcionamento da universidade no Município em 2011 deu um impacto muito grande no cofre do Município.

Percebe-se que o crescimento de MPEs não justificaria o crescimento e desenvolvimento do Município, pois deve haver um planejamento estratégico por parte de atores políticos que possuem vontade e interesse em elaboração de políticas públicas voltadas aos interesses da sociedade. Portanto, a responsabilidade de desenvolvimento da cidade depende da gestão comprometida com a preocupação da população do Município de Redenção.

Pode-se identificar no desenvolvimento deste estudo que faltou muita contribuição dos atores políticos para que houvesse mais crescimento e desenvolvimento de pequenos negócios na cidade, caso houvesse tido um planejamento prévio sobre a implantação da Unilab no Município de Redenção. No depoimento dos entrevistados, observa-se que há muita coisa que deveria ter sido feita antes e durante funcionamento da universidade na cidade.

A responsabilidade de crescimento e desenvolvimento de Município de Redenção não é só com os atores políticos e sociais, mas também pode ser dividida com a Unilab, como órgão de ensino superior cuja missão é a de contribuir para o desenvolvimento local e regional a partir das suas políticas educacionais de ensino, pesquisa e extensão, de tal maneira que poderia colaborar para o treinamento de microempreendedores no Município de Redenção.

Este trabalho foi desenvolvido com base em um estudo empírico com o propósito de identificação de crescimento e desenvolvimento de MPEs no Município de Redenção. Portanto, recomenda-se mais estudos que possam acompanhar a evolução de crescimento e desenvolvimento de MPEs ao longo de funcionamento da universidade, da mesma forma que proponha que a Unilab aproxime mais a sociedade redencionista aos seus projetos de ações que proporciona desenvolvimento da cidade.

Recomende-se aos pesquisadores da Unilab que façam investigações relativas aos microempreendedores nas quais possam identificar reais situações deles no mercado, pois é uma instituição com profissionais capacitados, que podem contribuir na diminuição de taxa de mortalidade de MPEs que se verifica de 2009 a 2011 no Município de Redenção.

O estudo realizado identifica que a comunidade de Redenção precisa de envolvimento da Unilab no Município com as suas ações. Portanto, é fundamental a realização de estudos relativos aos problemas que se encontram no Município, assim permitindo a produção de conhecimento local que pode ser aproveitado para a elaboração das políticas públicas locais.

## REFERÊNCIAS

Alcoforado, G. S. G: **a Interiorização do desenvolvimento no estado do Ceará: análise das relações entre as políticas públicas, a sustentabilidade e o poder na região do Crajubar: Juazeiro do Norte – 2014.**

BARROS, A. A. de; C. PEREIRA, M. M. de A.: **Empreendedorismo e Crescimento Econômico: uma Análise Empírica RAC**, Curitiba, v. 12, n. 4, p. 975-993, Out./Dez. 2008.

BRUM, Argemiro J. **Desenvolvimento econômico Brasileiro**. 15 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

COCCO, et al: **Política de expansão e interiorização/regionalização do ensino público superior no Brasil: o caso da UFSM/CESNORS – uma perspectiva a partir do egresso: [2013?].**

Desenvolvimento X Crescimento Econômico: Uma análise histórica das teorias acesso dia 17 de maio de 2015 às 8h/46m.

Gil, Antonio Carlos: **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GREMAUD, A. P. Vasconcellos, Toneto. **Economia Brasileira contemporânea** 7. ed. São Paulo: Atlas 2012.

IBGE, **Estatísticas de empreendedorismo**, Rio de Janeiro 2014.

\_\_\_\_\_: **As micro e pequenas empresas comerciais e de serviços no Brasil**. 2001. Rio de Janeiro, 2003.

LEITE, Pedro Sisnando: **O Verdadeiro Desenvolvimento econômico**. Fortaleza/CE, 2009.

MARIA J. P; Souza, C. A: Micro empresário individual– empreendedorismo e realidade administrativa atual, [2013?].

NAKABASHI, L. SCATOLIN, F.D e Cruz, M. J.V: **Investimento, Indústria e Crescimento Econômico Brasileiro: uma Análise da Relação de Causalidade**.

PINHO, D.B E VASCONCELLOS, M. A. S: **Manual de Introdução à economia**: São Paulo: Saraiva, 2006.

SANTOS, F.A E VEIGA, W. E. **Contabilidade: com ênfase em micro, pequena e medias empresas**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

SEBRAE: **o anuário de trabalho na micro e pequena empresa**. DIEESE, 2013.

\_\_\_\_\_: **Lei Geral das micro e pequenas empresas**: conheça as mudanças, os procedimentos e benefícios: Brasileia, abril/2007.

SOUZA, Nali de Jesus: **Desenvolvimento Econômico**. 5. ed. 3 reimp. São Paulo: Atlas, 2008.

\_\_\_\_\_, Nali de Jesus: **Desenvolvimento Econômico**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

VASCONCELLOS M. A. S: **Economia: micro e macro** 5. ed. São Paulo: Atlas 2011.

VIEGA, **Desenvolvimento sustentável: desafio do século XXI**. Rio de Janeiro: Garamod, 2010.

UNILAB - Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Estatuto.

FERNANDES, J.ULISSES, J: **O Governo contratando com as Micro e Pequenas Empresas**: o estatuto da Micre Pequena Empresa fomentando a economia do país / Jorge

Ulisses Jacoby Fernandes. Brasília: SEBRAE, 2013.

IBGE:[http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/painel.php?lang=&codmun=231160&search=||in fogr%20E1ficos:-dados-gerais-do-munic%20EDpio](http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/painel.php?lang=&codmun=231160&search=||in%20fogr%20E1ficos:-dados-gerais-do-munic%20EDpio) <<< >>>>, 11/10/2015.

TRISTÃO, J. A. M: **Administração Tributária dos municípios brasileiros: Uma avaliação do desempenho da arrecadação.** São Paulo, 2003.

BAR-EL, RAPHAEL (ORG): **Desenvolvimento com equidade e redução da pobreza: o caso do Ceará.** Fortaleza: Premius, 2006.

MARTINS, G. A. TEÓFILO, C. R: **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas.** 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

## **APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA APLICADA AOS MICROEMPREENDEDORES NO MUNICÍPIO DE REDENÇÃO**

### **ENTREVISTA APLICADA AOS MICROEMPREENDEDORES**

#### **Identificação do Entrevistado**

Nome:

Função:

Nome da empresa:

Tipo da atividade:

#### Roteiro de perguntas

1. Há quanto tempo você iniciou sua empresa?
  2. Qual foi motivo principal para iniciar esta empresa no Município de Redenção?
  3. Já procurou alguma instituição, pública ou privada para se capacitar?
  4. Você emprega algum funcionário? Já realizou algum treinamento para sua equipe?
  5. Após a implantação de sua empresa, o resultado foi o esperado? O (A) senhor (a) acha que seu movimento mensal aumentou quantos por centos após o surgimento da Unilab?
-